



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA**

PORTARIA N.º 040, DE 05 DE ABRIL DE 2010

Outorgar a CARNE NOBRE ALIMENTOS LTDA, o direito de uso dos Recursos Hídricos para diluição de efluentes no Córrego Águas Claras.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe confere o Art.71, inciso IV, da Constituição Estadual c/c a Lei Complementar n.º 214, de 23 de junho de 2005, que cria a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA); e,

Considerando os Termos da Lei Estadual 6.945, de 05 de novembro de 1997, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução CEHIDRO n.º 29, de 24 de setembro de 2009, que estabelece critérios técnicos referentes à outorga para diluição de efluentes em corpos hídricos superficiais de domínio no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Instrução Normativa n.º11, de 03 de setembro de 2008, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos de outorga de uso de Recursos Hídricos de águas de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando o disposto no Ato n.º 1.821, de 31 de março de 2010, que nomeia o Secretário de Estado do Meio Ambiente (SEMA/MT);

RESOLVE:

Art. 1º Outorgar a CARNE NOBRE ALIMENTOS LTDA., CNPJ n.º 10.855.094/0001-34, doravante denominada Outorgada, o direito de uso dos recursos hídricos no córrego Águas Claras, afluente pela margem esquerda do Rio Juruena, com a finalidade de diluição de efluentes do frigorífico para abate de bovinos e suínos no município de Juruena, Estado de Mato Grosso, com as seguintes características:

I – Lançamento de efluentes nas Coordenadas geográficas: 10º 21' 10,00" S e Long. 58º 31' 48,50" W, com uma vazão máxima de lançamento de 0,0017 m³/s ou 1,70 L/s e concentração máxima em DBO de 58,7 mg/L e Carga Máxima de DBO para lançamento de 4,316 Kg/dia;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

II – O empreendedor deverá instalar medidor de Vazão de efluentes para monitoramento do lançamento de efluentes da saída do sistema de tratamento até o manancial. O prazo para instalação do equipamento é de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de publicação desta Portaria;

III – O empreendedor deverá realizar, no mínimo, o monitoramento da qualidade da água a montante e jusante do ponto de lançamento do córrego Águas Claras e do efluente final dos parâmetros: Fósforo Total, pH, temperatura da água, Oxigênio Dissolvido (OD) e DBO, mensalmente. Os Relatórios das análises deverão ser encaminhados para a Gerência de Outorga anualmente até o prazo de validade desta outorga;

IV – Com o objetivo de aprimorar as informações hidrológicas do córrego, a outorgada deverá realizar 3 (três) medições de vazão no corpo hídrico onde acontece o lançamento de efluente, através do método do molinete, no período de estiagem (julho, agosto e setembro) deste ano, com intervalos de aproximadamente 30 (trinta) dias entre as medições e encaminhar o relatório para Superintendência de Recursos Hídricos/SEMA-MT.

Art. 2º A outorga objeto desta Portaria, vigorará até 18 de março de 2016, podendo ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

I – descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º;

II – conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos;

III – incidência no art. 18 e incisos I e II do art. 12, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007;

IV – indeferimento ou cassação de licença ambiental.

Parágrafo único. Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 20 e seus parágrafos, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

Art. 3º Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

I – quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

II – quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos recursos hídricos.

Art. 4º A Outorgada responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente outorga.

Art. 5º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pela Outorgada, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 6º Esta outorga deverá ser alterada, conforme Parecer Técnico nº 58/GO/CCRH/SURH/2009, mediante apresentação de requerimento à SEMA/MT, com antecedência mínima de noventa dias do término de sua validade.

Art. 7º O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos dos art. 13 e 14, da Lei Estadual nº 6.945, de 05/11/1997.

Art. 8º A Outorgada se sujeita a fiscalização da SEMA/MT, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá, 05 de abril de 2010.

**REGISTRADA,
PUBLICADA,
CUMPRA-SE.**

ALEXANDER TORRES MAIA
Secretário de Estado do Meio Ambiente
SEMA/MT
(Original Assinada)

** Publicada no D.O.E. do dia 07/04/2010*